

Ofício FOAESP 010/2023

São Paulo, 03 de abril de 2023.

**Exmo. Dr.**

**Draurio Barreira**

**Diretor do Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DATHI).**

O Fórum das Ong/Aids do estado de São Paulo (FOAESP), iniciativa pioneira criada em 1996 e que reúne diversas Organizações não-governamentais parceiras na luta pela cidadania e pelos direitos das pessoas vivendo com HIV/aids e hepatites virais associadas em todo o estado de São Paulo vem, por meio deste, solicitar informações sobre medidas tomadas nos cem primeiros dias de governo.

O FOAESP entregou para o governo de transição, no ano passado, documento propositivo com diversas medidas e, neste ano, ofício reiterando a importância das ações para a resposta à epidemia de HIV/aids no país.

Logo no início do governo, mudança positiva atendeu reivindicação antiga do movimento de luta contra o HIV/aids, renomeando o Departamento de HIV/aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (Dathi), após invisibilização do governo anterior do termo HIV/aids.

Entretanto, consideramos muito importante um posicionamento sobre outras reivindicações do movimento de luta contra o HIV/aids.

É necessária a promoção da volta da luta pelos direitos humanos e dos espaços de controle social extintos no governo anterior, como a Comissão Nacional de IST, HIV/aids e das Hepatites Virais (Cn aids), e a Comissão de Articulação de Movimentos Sociais (Cams), por exemplo, além da recriação da área de direitos humanos do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/aids e das Hepatites Virais.

Gostaríamos de saber como estão as articulações para ações intersetoriais, principalmente as que envolvem questões de contexto social e direitos humanos, fundamentais para uma resposta comunitária para a emancipação, a autonomia e a proteção social das Pessoas que Vivem com HIV/aids (PVHA). Há dificuldades na implementação do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) nº 60/2021, que prevê articulação entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e que foi firmado entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Cidadania, prevendo inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade social com HIV, hepatites virais, tuberculose e prevenção de sífilis congênita.

É preciso prioridade na compra de insumos de prevenção. Nos últimos anos, não houve compra por parte do Ministério da Saúde de gel lubrificante, sobrecarregando estados e

municípios. Nas ações de Profilaxia Pré-exposição (PrEP) de longa duração, é preciso disponibilizar medicamento injetável para pessoas com maior vulnerabilidade para o HIV.

A incorporação de novos medicamentos no SUS para o tratamento de PVHA é necessária, o que não acontece desde 2017.

O Foaesp entende que é preciso levantar a discussão para o monitoramento do uso de recursos e na transparência na implementação da política de incentivo dentro dos estados e municípios.

Para maior articulação com a sociedade civil, acreditamos que é necessária a criação de um grupo de trabalho que reúna a sociedade civil, o Ministério da Saúde e as agências de cooperação internacional para a discussão dos editais de financiamento, pois é preciso revisar a forma como eles são apresentados.

Gostaríamos de um retorno de como está o andamento dessas propostas para os cem primeiros dias de governo, consideradas prioritárias pelo Foaesp.

As políticas de enfrentamento ao HIV/aids devem ser novamente protagonistas no Brasil para que tenhamos respostas efetivas. Ainda há, em nosso país, de acordo com dados do Ministério da Saúde, mortalidade anual por aids superior a dez mil casos.

Atenciosamente,



Rodrigo Pinheiro  
PRESIDENTE